

BENEFÍCIOS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA O MODELO DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA DE 2019 A 2023

Geyson Alves Borba¹
Kedma Batista Duarte²
João Artur de Sousa³
Vinicius Faria Culmant Ramos⁴

Resumo: A gestão do conhecimento (GC) tornou-se indispensável para o desenvolvimento organizacional. Contudo, há grandes desafios a serem enfrentados na segurança pública, os quais têm limitado sua implementação. Porém, pressupõe-se que benefícios da GC poderiam aperfeiçoar os modelos de governança de segurança pública, em especial o modelo brasileiro. Assim, o presente trabalho visa investigar, na literatura, estudos que abordem os benefícios da GC para a segurança pública. Para este fim, as bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações foram explorados em busca das mais recentes produções científicas, compreendendo o período de 2019-2023. Os resultados identificaram 24 estudos que evidenciam que a GC pode favorecer o desenvolvimento de novos processos, arranjos organizacionais, estratégias e táticas, facilitando a tomada de decisão e a capacidade operacional.

Palavras-chave: *Gestão do Conhecimento; Governança Pública; Segurança Pública.*

Abstract: *Knowledge management (KM) has become essential for organizational development. However, there are significant challenges to be faced in public security, restricting its implementation. Nonetheless, it is assumed that KM benefits could improve public security governance models, particularly the Brazilian model. The present study aims to review the literature that addresses the benefits of KM for public security. To this end, databases such as, Scopus, Web of Science and the Brazilian Library of Theses and Dissertations were explored to find the most recent scientific publications, covering the period from 2019 to 2023. The results identified 24 studies that highlight how KM can favor the development of new processes, organizational arrangements, strategies and tactics, facilitating decision-making process and operational capabilities.*

Keywords: *Knowledge management; Public Governance; Public security.*

¹ Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Polícia Militar do Estado de Goiás – Brasil. e-mail: geysonborba@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Secretaria de Estado da Administração de Goiás – SEAD. Escola de Governo de Goiás – Brasil. e-mail: kedma.duarte@goias.gov.br

³ Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. e-mail: joao.artur@ufsc.br

⁴ Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. e-mail: v.ramos@ufsc.br

Resumen: La gestión del conocimiento (GC) se ha vuelto fundamental para el desarrollo organizacional, sin embargo existen grandes desafíos que enfrentar en seguridad pública, limitando su implementación. Sin embargo, se supone que los beneficios de la KM podrían mejorar los modelos de gobernanza de la seguridad pública, en particular, el modelo brasileño. Así, el presente trabajo tiene como objetivo investigar estudios en la literatura que aborden los beneficios de KM para la seguridad pública. Para ello, se exploraron las bases de datos, Scopus, Web of Science y la Biblioteca Brasileña de Tesis y Disertaciones, en busca de las producciones científicas más recientes, abarcando el período 2019-2023. Los resultados identificaron 24 estudios que muestran que la KM puede favorecer el desarrollo de nuevos procesos, arreglos organizacionales, estrategias y tácticas, facilitando la toma de decisiones y la capacidad operativa.

Palabras llave: Gestión del Conocimiento; Gobernanza Pública; Seguridad Pública.

1. INTRODUÇÃO

A gestão do conhecimento (GC) tem provocado impactos positivos nas organizações, e não tem sido diferente nas organizações militares ou de aplicação da lei. No entanto, nestas organizações, as práticas de GC ocorrem, em geral, direcionadas ao compartilhamento do conhecimento, sendo consideradas deficientes no que diz respeito à gestão do conhecimento organizacional (Adnan; Hasani; Sensuse, 2020).

Segundo Singh e Gupta (2021), instituições voltadas a aplicação da lei são complexas, com restrições à aplicação de teorias, modelos e ferramentas de GC, como ocorre em uma organização civil, sendo necessários estudos mais aprofundados e holísticos. Os autores alegam que o componente técnico da GC, em organizações de natureza militar não é investigado da forma correta, sendo em sua grande maioria de caráter teórico. Eles complementam que seria necessário estabelecer empiricamente uma relação significativa entre as pessoas, a cultura, o processo e a estratégia para o ambiente de conhecimento, a fim de alcançar os propósitos de uma organização militar como esperado.

Conseqüentemente, existem desafios a serem encarados na segurança pública, tais como estruturas altamente hierarquizadas, informações centralizadas baseadas em modelos orgânicos incompatíveis com sistemas de decisões rápidas, o que prejudica a criação, armazenagem, disseminação e a utilização do conhecimento para atingir a excelência organizacional (Sousa, 2002). Assim, a GC surge como um processo sistemático de buscar, selecionar, analisar e organizar o conhecimento no intuito de melhorar a compreensão de uma organização em uma área específica de interesse (Kempner-Moreira, 2022).

Nesta conjuntura, pressupõe-se que no contexto da segurança pública, a aplicação de métodos e técnicas de GC poderiam trazer benefícios, melhorando o modelo de governança. Assim esse estudo busca na literatura responder a fundamental questão de pesquisa: Quais os benefícios da gestão do conhecimento para a melhoria do modelo de governança de Segurança Pública Brasileiro? A investigação considera explorar e discutir a literatura resultante do processo de revisão, relacionando os benefícios da GC ao modelo de segurança pública brasileiro.

Este estudo está organizado como segue: esta seção contextualiza o problema e estabelece os objetivos a serem alcançados; Seção 2 fundamenta a GC na segurança pública; Seção 3 apresenta os procedimentos metodológicos; Seção 4 discute os resultados; Seção 5 encerra o estudo com as considerações finais e oportunidades para trabalhos futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O MODELO DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRO

A configuração do modelo de segurança pública brasileiro representa um grande desafio à gestão, devido ao arranjo organizacional que engloba os subsistemas policial, judiciário e prisional, dotados de características singulares, mas interdependentes funcionalmente (Macêdo, 2012).

Nesse contexto, os modelos de gestão até 2017 eram instituídos de forma independente, por meio das políticas de segurança pública de cada Estado, como, por exemplo, o Pacto pela Vida, no Estado de Pernambuco, em 2007; Goiás Cidadão Seguro, no Estado de Goiás, em 2012; e o Viva Brasília, no Distrito Federal, em 2015. Essas ações buscavam, de certa forma, seguir as diretrizes e fornecer informações sobre criminalidade para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), instituído pelo Governo Federal, em 2007 (BRASIL, 2007).

O Tribunal de Contas da União (TCU) propôs em 2013, uma pesquisa sobre o Índice de Governança de Segurança Pública (iGovSeg), com a publicação do relatório denominado Levantamento de Governança de Segurança Pública. O objetivo foi conhecer e avaliar as condições de governança das organizações de segurança pública dos estados e do Distrito Federal, quanto às condições para implementar a Política Nacional de Segurança Pública. Assim, a pesquisa constatou que 20% das organizações de segurança pública pesquisadas encontravam-se no nível inicial, enquanto 80% posicionavam-se em nível intermediário de

governança (Brasil, 2014). Em 2016, o TCU acrescentou aos objetivos do iGovSeg, a construção da série histórica sobre os avanços ou retrocessos na governança de segurança pública dos órgãos avaliados, com o iGovSeg sendo aplicado a cada ano (Brasil, 2017). Em 2019, o TCU disponibilizou um guia do iGovSeg contemplando um conjunto de boas práticas e gestão a partir de 4 eixos principais: policiamento ostensivo, investigação criminal, serviços penais e estatísticas criminais, e plano de segurança pública (Brasil, 2019).

Outras medidas significativas foram a promulgação da lei nº 13.675/2018, que criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (Brasil, 2018) e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSPDS) (Brasil, 2020), alinhados às diretrizes do TCU. O plano prevê um sistema de governança que envolve mecanismos de liderança, estratégia e controle, por meio de um comitê de governança e estratégia, cuja função é avaliar, dirigir e monitorar a gestão e a condução da política.

Sob tais diretrizes, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, por meio da Portaria nº 2/2022, instituiu o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SG-MJSP), “com o objetivo de organizar o processo decisório quanto à gestão estratégica, à gestão de riscos e controles internos, à integridade, à gestão de políticas públicas, à transparência, à gestão administrativa, à gestão de dados e à tecnologia e segurança da informação” (BRASIL, 2022).

2.2 SEGURANÇA PÚBLICA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Segundo Poe, et. al. (2021), as organizações de segurança pública falham ao implementar GC, pois não têm clareza sobre seus princípios. Se implementada da maneira adequada, a GC diminuiria a sobrecarga de análise de informações, aprimorando principalmente a atividade de inteligência de segurança pública e, conseqüentemente, a criação de ações, estratégias e políticas públicas mais eficazes na área.

Similarmente, Singh e Gupta (2021) demonstram que a GC nas organizações militares propicia a criação de um ambiente adequado para a gestão organizacional e a instituição de boas práticas e políticas públicas. No entanto, apesar desta constatação, para tais autores, faltam pesquisas formais focadas exclusivamente na segurança pública que demonstrem a relevância da GC para a melhoria do desempenho organizacional. Ainda segundo Singh e Gupta (2021), organizações voltadas para segurança pública possuem um contexto volátil, incerto, complexo e ambíguo, e precisam construir uma estratégia de GC alinhada a seu papel e objetivos,

coordenando pessoas e processos por meio de uma cultura colaborativa que levará a um ambiente de conhecimento e as ajudará a obter sucesso no ambiente operacional.

Desta forma, é notória a importância dos sistemas de gestão do conhecimento nas organizações de segurança pública, principalmente no que diz respeito à criação, reutilização e gestão da perda do conhecimento, para facilitar a implementação de uma memória organizacional, acompanhando e documentando experiências bem-sucedidas em todos seus níveis de atribuição e atuação (Caçador, 2005).

Importante salientar que, para a GC funcionar de uma maneira eficaz, deve haver harmonização de seus três pilares: pessoas, processos e tecnologia, de forma que o aprimoramento destes pilares na segurança pública serviria como importante fator para o implemento de ações em benefício das instituições e da população (Melo, et. al., 2021).

Portanto, segundo (Sousa, 2002), compete às organizações de segurança pública definirem estratégias para implementação da gestão do conhecimento em atividades de desenvolvimento e processos de aprendizagem que venham a cobrir as lacunas existentes e que promovam o avanço tecnológico, visando otimizar principalmente os investimentos nas áreas de treinamento e desenvolvimento de pessoas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo segue os passos da revisão sistemática de literatura, a qual é um método de pesquisa qualitativa envolvendo a aplicação de procedimentos de busca, análise crítica e síntese da informação selecionada (Sampaio e Mancine, 2007). Desta forma, os procedimentos metodológicos seguem Tranfield et al. (2003) em três fases: Fase I – Planejamento da revisão; Fase II – Condução da revisão e Fase III – Relato da revisão, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Procedimentos metodológicos

Fase	Objetivo	Ações
I – Planejamento da revisão	Estabelecer o foco da revisão por meio da questão de pesquisa, delimitando o escopo de busca.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir a questão de pesquisa; ✓ Definir a estratégia de busca; ✓ Definir as bases de dados; ✓ Definir as palavras-chave; ✓ Definir critérios de inclusão e exclusão.
II – Condução da revisão	Executar as ações definidas na fase I.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Executar a busca pelos estudos, nas bases de dados, utilizando os parâmetros de filtros escolhidos para inclusão e exclusão .

III – Relato da revisão	Analisar os estudos resultantes da fase II.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Categorizar os estudos; ✓ Ler e analisar criticamente os estudos; ✓ Discutir os resultados
-------------------------	---	--

Fonte: Tranfield *et al.* (2003)

Definido os procedimentos metodológicos, o próximo passo é definir o foco da investigação por meio da questão de pesquisa: Quais os benefícios da gestão do conhecimento para a melhoria dos modelos de governança de segurança pública brasileiros? Em seguida, levou-se em consideração a pesquisa na literatura mais recente sobre GC, compreendendo o período de 2019-2023 (ou seja, nos últimos 5 anos). As bases de dados, *Scopus*, *Web of Science* foram escolhidas por incluírem múltiplas bases de dados científicas (ou seja, Elsevier, Springer, IEEE, Emerald, dentre outras), e a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, pela possibilidade de estudos sobre GC e modelos brasileiros de governança em segurança pública. Desta forma, para a construção do protocolo de busca, foram considerados inicialmente os descritores “*knowledge management*” and *Governance and “Public safety”*”, referentes aos constructos Gestão do Conhecimento, Governança e Segurança Pública. No entanto, o protocolo, quando aplicado na base Scopus, resultou em apenas duas publicações e quando aplicado na base *Web of Science*, obteve somente uma publicação. Após leitura dos referidos artigos, foi selecionado apenas um que possui relação à temática desta pesquisa.

Diante do baixo resultado, e levando em consideração a necessidade específica de identificar os benefícios da GC para a segurança pública, o protocolo de busca foi reformulado levando em conta apenas os construtos Gestão do Conhecimento e Segurança Pública. Assim, foram utilizados os descritores “*knowledge management*” and “*Public safety*” e suas variações, conforme o conjunto de palavras-chave a seguir:

"knowledge management" OR "Knowledge identification" OR "Knowledge creation" OR "Knowledge construction" OR "Knowledge storage" OR "Knowledge sharing" OR "Knowledge share" OR "Use of Knowledge" OR "Knowledge use" OR "organizational Knowledge" OR "Knowledge to action" OR "Knowledge routines" OR "Knowledge transfer" OR "Knowledge structure" OR "Knowledge development" OR "Knowledge acquisition") AND ("Public safety" OR "Law enforcement" OR "Law enforcement department" OR "Law enforcement agency" OR "Public Safety Communication" OR "Safety management" OR "public security" OR "police activity" OR "public security system" OR "public safety strategies" OR "State security" OR "Homeland security" OR "National security" OR "National defense" OR "Security

forces" OR "Crime prevention" OR "crime control" OR "State security" OR "Criminal Behavior" OR "military organization"

Os resultados foram significativos, retornando 110 publicações da base Scopus e 99 da base *Web of Science*. Em seguida, foi incluído na estratégia de busca o descritor “*Brazil*”, a fim de identificar pesquisas de âmbito nacional, resultando em apenas três publicações na base Scopus, demonstrando a originalidade e ineditismo do tema. Com relação às buscas na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, foi encontrada apenas uma publicação, ou seja, uma tese de doutorado. Após leitura do título e resumo de cada publicação, foram selecionados 24 delas para análise deste trabalho, as quais são relacionadas no Quadro 2 a seguir e discutidos na seção 4. Resultados. O Quadro 2 apresenta o título da publicação, os benefícios obtidos a partir da contribuição da publicação e a fonte de referência da publicação.

Quadro 2 – Publicações resultantes da estratégia de busca da revisão sistemática de literatura

Nº	Título	Benefícios da gestão do conhecimento	Fonte
01	A Qualitative Analysis of the Mental Health Training and Educational Needs of Firefighters, Paramedics, and Public Safety Communicators in Canada	Aprimora o conhecimento sobre saúde mental, para os profissionais de segurança pública, melhorando a cultura do local de trabalho.	Lentz, <i>et al</i> , 2022
02	An empirical study of knowledge environment and suitability of performance measures of a civil organization for a knowledge-based military force	Proporciona um ambiente de trabalho positivo para a melhoria do desempenho organizacional.	Gupta e Duggal, 2022
03	Organização criminosa transnacional respondendo ao risco com Inteligência	Viabiliza conhecimento sobre fenômenos criminais complexos, permitindo melhor compreensão dos fatores relacionados ao crime organizado transnacional.	Andrade e Almeida, 2022
04	The SECI model and darknet markets: Knowledge creation in criminal organizations and communities of practice	Potencializa a inteligência de segurança pública contra mercados ilícitos na <i>darknet</i> , permitindo compreender sua complexidade e resiliência, orientando ações para impedir o comércio ilegal.	Maras <i>et al</i> , 2022
05	Análise da Política e da Estratégia Nacionais de Inteligência de Segurança Pública sob a perspectiva das capacidades organizacionais	A inteligência de segurança pública facilita a criação e compartilhamento de conhecimentos, relacionados à infraestrutura (estrutura, tecnologia e cultura) e aos processos (aquisição, conversão, aplicação e de proteção do conhecimento), impulsionando as capacidades organizacionais.	Pytlowanczyk e Silva, 2022
06	Aplicação da gestão do conhecimento nos sistemas de inteligência de estado e inteligência de segurança pública.	Facilita a interação entre os sistemas de inteligência de segurança pública, permitindo melhor compreensão de seus processos, com o	Moreira, Bax e

		fim de promover melhor interlocução entre as agências de inteligência.	Hamada, 2022
07	Governança Multinível: um <i>framework</i> para a Governança da Segurança Pública Brasileira à luz do paradigma das redes organizacionais	Apoia a governança por meio de tecnologias que melhoram o acesso, criação, compartilhamento de conhecimento e ampliação da rede de cooperação. Esse processo cíclico e analítico transforma o sistema, gerando os resultados almejados.	Kempner-Moreira, 2022
08	Knowledge Management (KM) and Intelligence-Led Policing (ILP)	Proporciona gestão eficiente de dados, informação e conhecimento em operações de policiamento conduzidas por inteligência. A gestão do conhecimento e inteligência são usadas para capturar, criar, distribuir e armazenar dados, evitando redundâncias.	Poe <i>et al</i> , 2021
09	Digital forensic readiness intelligence crime repository	Auxilia no processo de preservação de evidências digitais, facilitando a construção de repositórios digitais de inteligência de prontidão forense, proporcionando segurança às investigações digitais pós-evento.	Kebande <i>et al</i> , 2021
10	Mischievous infrastructure: tactical secrecy through infrastructural friction in police video systems	Possibilita gerir o acesso a vídeos de câmeras corporais, no regime de provas da polícia, garantindo que apenas informações apropriadas se tornem públicas, enquanto outras permanecem protegidas como segredos de estado.	CJ, 2021
11	Compartilhamento do Conhecimento interorganizacional no sistema de inteligência de segurança pública de Minas Gerais.	Proporciona integração ágil entre as agências de inteligência, reduzindo o tempo, recriando conhecimento e acelerando a transformação do ambiente interno e a inovação dos processos e serviços.	Moreira e Bax, 2021.
12	Conversão do conhecimento interorganizacional no Sistema de Inteligência de Segurança Pública Mineiro	Aprimora os modos de conversão do conhecimento organizacional entre as agências de inteligência que compõem o sistema de inteligência.	Moreira e Bax, 2021
13	Gestão do conhecimento em segurança pública: um estudo sistemático em periódicos	Contribui significativamente para o gerenciamento das organizações policiais, particularmente no que tange aos pilares pessoas, processos e tecnologias.	Melo <i>et al</i> , 2021
14	Critical types of knowledge loss in military organisations	Ajuda a identificar perdas críticas de conhecimento em organizações de segurança pública, principalmente com a saída de seus integrantes, permitindo tomar medidas necessárias para preservá-lo, garantindo assim, superioridade de conhecimento.	Singh e Gupta, 2021
15	Rapid Deployment of a Free, Privacy-Assured COVID-19 Symptom Tracker for Public Safety During Reopening: System Development and Feasibility Study	Propicia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e relatórios referentes à saúde na segurança pública, como na COVID-19, apoiando atividades de monitoramento sem comprometer a privacidade.	Kasseye <i>et al</i> , 2021

16	Um modelo de escolha de estratégia de policiamento: A integração do método Latent Dirichlet Allocation (LDA) com o ELECTRE I	Facilita a descoberta de conhecimento em bancos de dados, utilizando relatórios de incidentes policiais para identificar demandas criminais locais, permitindo selecionar estratégias de policiamento adequadas à resolução de problemas.	Basílio, Brum e Pereira, 2020
17	Global knowledge management of suspicious transaction reporting system in Japan	Ajuda na estruturação de sistemas de relatórios de transação financeiras suspeitas, aumentando a precisão do método de mineração de dados.	Yasaka, 2020
18	Inter-regional digital forensic knowledge management: needs, challenges, and solutions	Auxilia na redução de atrasos, desperdícios, erros e interpretações indevidas, equilibrando a democratização dos recursos com gerenciamento de conhecimento em diversas áreas, incluindo análise criminal, inteligência forense e aspectos processuais, técnicos, investigativos, científico e comportamental.	Casey e Zehnder, 2020.
19	Criminal Investigation and Criminal Intelligence: Example of Adaptation in the Prevention and Repression of Cybercrime	Desempenha papel fundamental na luta contra a evolução do cybercrime, tornando a investigação mais precisa e adaptada às novas formas de criminalidade.	Barlatier, 2020
20	Historical and prospective analysis of the military police of Paraná: from horse policing to digital governance	A combinação de novas tecnologias de informação e comunicação com a gestão do conhecimento possibilita prospecções criminais mais eficientes, otimizando as operações policiais.	Santos e Filho, 2020
21	Exploring Knowledge Management Practices in Military RnD Agency: An Indonesian Case Study	Proporciona maior adaptabilidade de pessoal em novas funções de agências militares e de aplicação da lei.	Adnan, Hasani e Sensuse, 2020
22	A gestão do conhecimento como auxílio à inteligência de segurança pública	Viabiliza o compartilhamento de conhecimento entre as instituições de inteligência de segurança pública, promovendo a integração, inovação e tomada de decisão eficiente e eficaz, contribuindo para o crescimento da organização.	Melo, Urpia e Sartori, 2020
23	Managing Data, Information, and Technology in Cyber Physical Systems: Public Safety as a Service and its Systems	Possibilita a integração de tecnologias digitais em processos de resiliência da comunidade, permitindo uma participação mais ampla e colaborativa em ações de desenvolvimento de serviços na segurança pública.	Drăgoicea <i>et al</i> , 2019
24	Gestão do conhecimento integrada aos sistemas inteligentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo	Gerencia o conhecimento presente nas atividades policiais, captando e integrando dados, convertendo imagens e geoprocessamento em informações, gerando inteligência sobre as mais diversas áreas de atuação da segurança pública.	Souza, Trevisan e Siqueira, 2019

Fonte: Elaborado pelos autores

4. RESULTADOS

Os estudos selecionados na literatura (ver quadro 2) foram examinados primeiramente, em função dos benefícios da GC para a melhoria dos modelos de governança de segurança pública. Para melhor clareza da análise, estes estudos foram agrupados em duas categorias: (1) os benefícios da GC para as atividades administrativas de segurança pública; (2) os benefícios da GC para as atividades operacionais de segurança pública.

Os benefícios da GC para as atividades administrativas foram categorizados levando em consideração o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SG-MJSP), que busca organizar o processo decisório quanto à gestão estratégica e administrativa, gestão de políticas públicas e transparência, gestão de riscos e integridade, bem como, a gestão de dados, tecnologia e segurança da informação (BRASIL, 2022).

Nesse sentido, o estudo de Melo, *et. al.* (2021) enfatiza a importância dos três pilares da GC, pessoas, processos e tecnológicas, para a gestão das organizações policiais. O desempenho da gestão organizacional é destacado pelos autores, Gupta e Duggal (2022), Pytlowanciv e Silva (2022), Casey e Zehnder (2020), Moreira e Bax (2021), Adnan, Hasani e Sensuse (2020), e Melo, Uripa e Sartori, (2020), os quais consideram que a GC proporciona um ambiente de trabalho propício à criação, compartilhamento de conhecimento e colaboração entre as equipes, com consequente aumento da eficácia dos processos, qualidade dos resultados e melhoria da tomada de decisão. Outro fato importante apontado pelos autores Drăgoicea et al (2019), Souza, Trevisan e Siqueira (2019) e Kempner-Moreira (2022) diz respeito às tecnologias digitais, que promovem a integração de dados, produção de imagens e a transformação de informações em conhecimento, nas mais diversas áreas da segurança pública.

Quanto aos benefícios da GC para as atividades operacionais, foi levado em consideração o Índice de Governança de Segurança Pública (iGovSeg), que contempla um conjunto de boas práticas de gestão envolvendo o policiamento ostensivo, investigação criminal, serviços penais e estatísticas criminais (Brasil, 2019).

Nessa perspectiva, a GC contribui em vários contextos: aprimora conhecimento sobre saúde mental dos profissionais de segurança pública (Lentz, et al, 2022); viabiliza conhecimento sobre fenômenos criminais complexos (Andrade e Almeida, 2022; Barlatier, 2020); potencializa o conhecimento sobre mercados ilícitos na *darknet* (Maras et al, 2022) e avança no conhecimento baseado em inteligência por meio da interação entre os sistemas de segurança pública (Poe et al, 2021; Moreira, Bax e Hamada, 2022). Além disso, a GC coopera com a segurança da informação, buscando a preservação de evidências e restrição de informações sigilosas, através da criação de repositórios específicos de inteligência em segurança pública (Kebande et al, 2021; CJ, 2021). Nesse cenário, a GC também ajuda na

redução da perda de conhecimento devido à saída de integrantes, mantendo a memória organizacional e melhorando a eficiência operacional das ações de segurança pública (Singh e Gupta, 2021).

Outro aspecto abordado foi demonstrar a relação entre GC e segurança pública, por meio das palavras-chave presentes nas publicações, as quais foram extraídas, ordenadas e apresentadas na nuvem de palavras da Figura 1. Como é possível observar, os termos com maior evidência relacionados à governança de segurança pública foram: conhecimento, inteligência, gestão, organizacional, segurança e pública. Além destes, podem ser percebidos também os termos próprios das atividades operacionais, como, investigação, policiamento, polícia, criminal e militar, dentre outros.

Figura 1 – Palavras-chave presentes nos estudos selecionados



Fonte: Elaborado pelos autores

A análise também buscou informações sobre a relevância do tema segurança pública para a pesquisa brasileira. Para isso, considerou o número de estudos por país, conforme mostra o Quadro 3. Observa-se que dos 24 estudos selecionados, 10 foram do Brasil, o que corresponde a cerca de 40% dos estudos, demonstrando alto interesse dos autores brasileiros pelo tema.

Quadro 3 – Publicações por país de origem

País	Estudos
Brasil	10

Estados Unidos	4
Índia	2
Canadá	1
Emirados Árabes Unidos	1
France	1
Indonésia	1
Israel	1
Japão	1
Romênia	1
Suécia	1
Total	24

Fonte: Elaborado pelos autores

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mapeou a literatura dos últimos 5 anos (2019-2023), identificando publicações que relacionam a GC à segurança pública, com o objetivo de responder a seguinte questão de pesquisa: Quais os benefícios da gestão do conhecimento para a melhoria do modelo de governança de Segurança Pública Brasileiro? Ficou demonstrado, diante deste mapeamento, que a GC proporciona vários benefícios à segurança pública, oportunizando e favorecendo o desenvolvimento de novos processos, novos arranjos organizacionais, novas estratégias, táticas, além de facilitar o processo decisório e aprimorar as operações, atitudes, capacidades e o processos de liderança.

Particularmente, verifica-se que tais benefícios impactam mais diretamente na adoção de mecanismos de governança, facilitando a interação com outros participantes da estrutura de governança em segurança pública, o registro constante e reiterado dos atos e fatos administrativos, o constante desenvolvimento de sistemas próprios de gestão e a histórica disponibilidade institucional em prestar contas e agir com transparência.

Assim, ao categorizar os estudos como aqueles que proporcionam benefícios da GC para as atividades operacionais e administrativas, fica evidente que a GC proporciona benefícios que impactam diretamente em toda as áreas da segurança pública, seja promovendo o aprimoramento de suas de suas ferramentas de gestão ou mecanismos de governança, com ênfase ao bom compartilhamento de informações e conhecimento. Isso acarreta uma melhor compreensão da dinâmica criminal e, conseqüentemente, possibilita a adoção de melhores

estratégias e ações operacionais, o que permite a implementação de políticas públicas de segurança mais efetivas.

Por fim, perante este levantamento, recomenda-se inserir a gestão dentro do planejamento estratégico; aperfeiçoar os processos de gestão organizacional; utilizar sistemas de informação integrados para apoio à tomada de decisão e adotar meios para mensuração e acompanhamento da maturidade da gestão do conhecimento.

Para trabalhos futuros, recomenda-se o estudo dos sistemas ou plataformas integradas de informação como ferramentas de aprimoramento dos modelos de governança de segurança pública, bem como investigar como esses benefícios podem ser aplicados nos modelos de governança a nível estadual, uma vez que a dinâmica criminal se comporta diferentemente em cada contexto, existindo ainda barreiras e empecilhos político-administrativos diferentes em cada estado da federação.

REFERÊNCIAS

- Adnan, H. R.; Hasani, L. M.; Sensuse, D. I. (2020). *Exploring Knowledge Management Practices in Military RnD Agency: An Indonesian Case Study*. 3rd International Conference on Computer and Informatics Engineering (IC2IE), Yogyakarta, Indonesia, pp. 242-248.
- Andrade, F. S. de; Almeida, F. N. de. (2022). *Organização criminosa transnacional: respondendo ao risco com Inteligência*. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, Brasil, v. 13, n. 8, p. 333–358. DOI: 10.31412/rbcp.v13i8.939.
- BASÍLIO, M. P.; Brum, G. S.; Pereira, V. (2020). *Um modelo de escolha da estratégia de policiamento: a integração do método Latent Dirichlet Allocation (LDA) com o ELECTRE I*. Journal of Modeling in Management. vol. 15 No. 3, pp. 849-891.
- Brasil. (2007). Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci e dá outras providências. Presidência da República Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.
- Brasil. (2014). *Levantamento de Governança de Segurança Pública – iGovSeg2013: sumário executivo*. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública.
- Brasil. (2017). *Levantamento de Governança de Segurança Pública – iGovSeg2016: sumário executivo*. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública.
- Brasil. (2018). Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Presidência da República. Secretária-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.
- Brasil. (2020). *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021 -2030*. Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Brasília.

- Brasil. (2020). *Levantamento de Governança de Segurança Pública – iGovSeg2019: sumário executivo*. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública.
- Brasil. (2022). Portaria do Ministro nº 2/2022. Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Brasília.
- Caçador, J. A. R. (2005). *O Papel das Tecnologias de Informação na Gestão do Conhecimento em prol da Segurança Pública*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa.
- CJ, R. (2021). *Mischievous infrastructure: tactical secrecy through infrastructural friction in police video systems*. Cultural Studies. Routledge. Issue 4-5, v.35, p. 996-1019.
- Casey, E.; Zehnder, A. (2022). *Inter-regional digital forensic knowledge management: needs, challenges, and solutions*. American Academy of Forensic Sciences. Journal of Forensic Sciences. Vol. 66, Issue 2. Pages 619-629.
- Drăgoicea, M.; et al. (2019). *Managing Data, Information, and Technology in Cyber Physical Systems: Public Safety as a Service and its Systems*. IEEE Access, vol. 7, pp. 92672-92692. doi: 10.1109/ACCESS.2019.2927398.
- Gupta, V.; Duggal, S. (2022). *An empirical study of knowledge environment and suitability of performance measures of a civil organization for a knowledge-based military force*. Kybernetes. vol. ahead-of-print n. ahead-of-print.
- Jerome, B. (2020). *Criminal Investigation and Criminal Intelligence: Example of Adaptation in the Prevention and Repression of Cybercrime*. Risks. 8. 99. 10.3390/risks8030099.
- Kassaye, S., et al. (2020). *Rapid Deployment of a Free, Privacy-Assured COVID-19 Symptom Tracker for Public Safety During Reopening: System Development and Feasibility Study*. JMIR Public Health Surveill. DOI: 10.2196/19399.
- Kebande, V. R.; et al. (2021). *Digital forensic readiness intelligence crime repositior*. Wiley Online Library. Security and Privacy. Vol. 4, Issue 3. <https://doi-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1002/spy2.151>
- Kempner-Moreira, F. (2022). *Governança Multinível: um framework para a Governança da Segurança Pública Brasileira à luz do paradigma das redes organizacionais*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis.
- Lentz, L., et al. (2022). *A Qualitative Analysis of the Mental Health Training and Educational Needs of Firefighters, Paramedics, and Public Safety Communicators in Canada*. International Journal of Environmental Research and Public Health.
- Maras, M.; et al. (2022). *The SECI model and darknet markets: Knowledge creation in criminal organizations and communities of practice*. European Journal of Criminology. <https://doi-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1177/14773708221115167>.
- Macêdo, A. de O. (2012). *“Polícia, quando quer, faz!”: análise da estrutura de Governança do “Pacto pela Vida” de Pernambuco*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Brasília.
- Melo, F. de M. et al. (2021). *Gestão do Conhecimento em Segurança Pública: um Estudo Sistemático em Periódicos*. Revista da Escola Superior da Polícia Civil. Curitiba, v.3. e-ISSN 2595-556X.

- Melo, F. P. de; Urpia, A. G. da C. B.; Sartori, R. (2020). *A Gestão do Conhecimento como Auxílio à Inteligência de Segurança Pública*. Brazilian Journal Of Development, v. 6, n. 12, p. 94604-94620.
- Moreira, R. P.; Bax, M. P. (2021). *Compartilhamento do conhecimento interorganizacional no sistema de inteligência de segurança pública do estado de minas gerais*. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 14.
- Moreira, R. P.; Bax, M. P. (2021). *Conversão do conhecimento interorganizacional no Sistema de Inteligência de Segurança Pública Mineiro*. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, n. Especial. DOI: 10.35699/2237-6658.2021.37086.
- Moreira, R. P.; Bax, M. P.; Hamada, H. H. (2022). *Aplicação da Gestão do Conhecimento nos Sistemas de Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública*. Revista de Ciências Sociais da Academia Policial Militar de Guatupê. Edição Especial Inteligência de Segurança Pública. Curitiba-PR, v. 4.
- Poe, L.; et. al. (2021). *Knowledge Management (KM) and Intelligence-Led Policing (ILP)*. Roycroft, M., Brine, L. (eds) Modern Police Leadership. Palgrave Macmillan, Cham.
- Pytlowanciv, D. F. S.; Silva, H. de F. N. (2022). *Análise da Política e da Estratégia Nacionais de Inteligência de Segurança Pública sob a perspectiva das capacidades organizacionais*. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, v. 13, n. 10, p. 241–266. DOI: 10.31412/rbcp.v13i10.967.
- Santos, F. H. R. dos S.; Filho, E. R. G. (2020). *Historical and prospective analysis of the military police of Paraná: from horse policing to digital Governance*. Association for Computing Machine. ACM Digital Library..ICEGOV '20: Proceedings of the 13th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance. p. 510–513.
- Singh, M. K.; Gupta, V. (2021). *Critical types of knowledge loss in military organisations*. VINE Journal of Information and Knowledge Management Systems. vol. 51 n. 4, pp. 618-635.
- Sampaio, R. F.; Mancine, M. C. (2007). *Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica*. Braz. J. Phys. Ther. (Impr.), 11(1), 83-89.
- Souza, A. D. (2002). *As práticas de Gestão de Conhecimento nas Organizações Públicas: O Ministério da Justiça*. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.
- Tranfield, D.; Denyer, D.; Smart, P. (2003). *Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review*. British Journal of Management, v. 14, p. 207–222.